



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

FRANCIVALDO MORAES DO NASCIMENTO

**ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA NA ADMINISTRAÇÃO DE  
SAÚDE PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.**

Brasília – DF

2024

FRANCIVALDO MORAES DO NASCIMENTO

**ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA NA ADMINISTRAÇÃO DE  
SAÚDE PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professora Orientadora: Profa. Olinda Maria Gomes Lesses.

Brasília – DF

2024

**ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA NA ADMINISTRAÇÃO DE  
SAÚDE PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

**FRANCIVALDO MORAES DO NASCIMENTO**

Profa. Olinda Maria Gomes Lesses.

Titulação, Nome completo,  
Professor-Examinador

Titulação, nome completo  
Professor-Examinador

Defesa: Brasília, 26 de setembro de 2024.

Entregue: 27 de setembro de 2024

## RESUMO

O estudo investiga os desafios na implementação de programas de educação continuada, essenciais para a capacitação dos ACEs. O objetivo geral foi analisar as práticas de educação continuada e seu papel no desenvolvimento profissional dos ACEs. Os objetivos específicos incluem identificar modelos de educação continuada, analisar seu impacto e explorar as necessidades dos ACEs. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa e de revisão bibliográfica, analisando publicações sobre educação permanente, ACEs e gestão municipal. A busca incluiu publicações de 2014 a 2024, resultando em cinco estudos que compuseram o corpus da pesquisa. Os resultados indicam que a educação continuada é crucial para a capacitação dos ACEs, melhorando os serviços de saúde pública. A Educação a Distância (EaD) é uma estratégia eficaz, mas enfrenta obstáculos como falta de recursos e clareza conceitual. A educação continuada é essencial para o desenvolvimento dos ACEs e a melhoria dos serviços de saúde. Conclui-se que a educação continuada é uma estratégia vital para o desenvolvimento profissional dos ACEs e para a melhoria dos serviços de saúde pública. Investir em programas de capacitação bem estruturados e baseados em metodologias eficazes, aprimorar a capacitação e fortalecer a Educação a Distância (EaD) pode contribuir significativamente para a promoção da saúde e o bem-estar dos profissionais.

Palavras Chaves: agente de combate às endemias; educação continuada; saúde pública.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	6
1.1.	Contextualização .....	7
1.2	Conceitos em Interlocução com a Formação Profissional.....	7
1.3	Identidade e Formação dos Agentes de Combate às Endemias.....	8
1.4	Formulação do problema.....	9
2	OBJETIVOS .....	9
2.1	Objetivo geral .....	9
2.2	Objetivos Específicos .....	9
3	JUSTIFICATIVA .....	10
4.	REVISÃO TEÓRICA .....	10
4.1	Educação Permanente em Saúde.....	10
5.	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA .....	12
6.	RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	12
7.	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	15
8.	REFERÊNCIAS.....	17

## 1 INTRODUÇÃO

Os Agente de Combate às Endemias (ACE) foram integrados à vigilância no final da década de 90, com a publicação da Portaria GM/MS n.º 1.399, de 15/12/1999, que regulamenta as competências dos três níveis de governo na área de epidemiologia e controle das doenças, enfatizando o papel dos municípios como executores da política de controle de endemias, conforme a Norma Operacional Básica (NOB) do SUS publicada em 01/1996 (ALMEIDA, et al 2020).

O Agente de Combate às Endemias (ACE) atua na saúde pública, exercendo atividades de vigilância, prevenção e controle de endemias como a dengue, malária, leptospirose, leishmaniose, esquistossomose, chagas, raiva humana, entre outras e na promoção da saúde conforme as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). É um profissional presente em diversos contextos do controle vetorial, atuando tanto em áreas urbanas, quanto em áreas rurais do país (BRASIL, 2019, FLISCH, 2017).

A abordagem da educação permanente em saúde visa explorar ambientes coletivos como espaços de reflexão para os profissionais de saúde, promovendo a avaliação contínua de suas práticas no contexto local. Através do diálogo e da interação, essa abordagem se apresenta como uma estratégia eficaz para transformar as práticas de saúde, tanto no que diz respeito à educação e promoção da saúde, quanto ao cuidado e assistência à população (LAGUARDIA et al., 2010).

É possível afirmar que a Educação Permanente assumiu o status de política pública na área da saúde a partir da difusão da proposta de Educação Permanente do Pessoal da Saúde para o desenvolvimento dos sistemas de saúde pela Organização Pan-Americana de Saúde. Em 2004, através da Portaria nº 198/GM, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde (SUS) para a formação e o desenvolvimento dos trabalhadores do setor (BRASIL,2004). Em 2007, essa política foi efetivamente implementada com a publicação de suas diretrizes na Portaria GM/MS nº 1996 (BRASIL,2007).

A Portaria nº 198/GM definiu educação permanente como "aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho. A educação permanente se baseia na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais"(BRASIL,2004).

Sob essa perspectiva educacional, o ponto principal no processo de ensino desses trabalhadores é que a aprendizagem seja significativa, ou seja, que o conteúdo aprendido tenha

aplicação no contexto deles. Essa forma de aprendizagem posiciona o professor como um facilitador do processo de ensino-aprendizagem, com o papel de estimular os alunos a adotarem uma postura crítica, ativa e reflexiva durante a construção do conhecimento (NEVES-JUNIOR et al.,2011).

Um dos eixos de ação definidos pelo Ministério da Saúde é a dinamização de recursos para a utilização da Educação a Distância (EaD) como tecnologia pedagógica para a Educação Permanente (BRASIL,2009). A Educação a Distância possui vantagens únicas, inclusive quanto ao papel social, pois contribui para a disseminação de informações e a melhoria na qualidade do atendimento na saúde (NEVES-JUNIOR WFP et al.,2011).

### **1.1. Contextualização**

### **1.2 Conceitos em Interlocução com a Formação Profissional**

Os termos 'formação profissional' e 'qualificação profissional' possuem múltiplos significados na literatura existente. A formação profissional abrange todos os processos educativos que permitem ao indivíduo adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, seja nas escolas ou nas empresas. Segundo Catanni (1997), a formação profissional engloba a capacitação para e no trabalho, refletindo a relação contínua entre o trabalhador e o processo de trabalho.

A identidade profissional é um conceito desenvolvido com base na sociologia do trabalho, especialmente pelos estudos de Claude Dubar (1999, 2005, 2012). Dubar argumenta que a identidade é construída socialmente, começando na infância e sendo reconstruída ao longo da vida, refletindo um processo coletivo e interativo. A identidade profissional, portanto, resulta do diálogo entre as trajetórias individuais, o mundo do trabalho e os sistemas formativos, transitando entre processos objetivos e subjetivos, individuais e coletivos. As concepções de educação profissional dos trabalhadores de nível médio e fundamental da saúde são estruturadas pelas concepções de saúde e sociedade, na interseção entre trabalho e educação. Vieira (2007) relaciona a construção da identidade profissional dos trabalhadores de nível médio no contexto da gestão em saúde com o sentido do trabalho, destacando que as identidades profissionais são formas socialmente construídas de reconhecimento mútuo no campo do trabalho e emprego. O trabalho é visto como um espaço de conversas, problemas, incertezas e múltiplas implicações.

O reconhecimento de si e pelo outro nos espaços de trabalho e formação está relacionado com a legitimação dos saberes no processo de construção da identidade profissional (Franzoi, 2006). A qualificação profissional, portanto, deve ser entendida não apenas como formação

escolar, mas como uma relação social que considera fatores sociais, políticos, econômicos e culturais. Batistella (2013) afirma que a construção e o compartilhamento de saberes, capacidades, valores e condutas mediadas pela qualificação do trabalho convergem para um processo de construção social de identidades. Analisar os processos de qualificação permite investigar o impacto das políticas de organização e gestão do trabalho na subjetividade e identificação dos trabalhadores. Batistella (2009) destaca a importância da identidade profissional para a formulação de políticas no setor saúde, argumentando que seu desenvolvimento favorece o trabalho em equipe, a humanização da atenção e o compromisso ético-político dos trabalhadores com o Sistema Único de Saúde (SUS) e a saúde da população. A formação é considerada um 'lócus privilegiado' para a construção da identidade profissional.

### **1.3 Identidade e Formação dos Agentes de Combate às Endemias**

A identidade e formação dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) são pouco estudadas. Esses profissionais são reconhecidos por diversas nomenclaturas, como agente de endemias, guarda sanitário e agente de vigilância em saúde, entre outras. Os ACEs apresentam uma variabilidade de contratos de trabalho, com vínculos institucionais que podem ser municipais ou federais, e regimes de trabalho diferenciados. Além disso, existem marcantes diferenças de escolaridade, com ACEs possuindo desde nível fundamental até superior, mas desempenhando as mesmas funções com qualificação muitas vezes precária e um sentimento generalizado de falta de reconhecimento (Fernandes, 2015). Reis (2016) destaca a necessidade de mais estudos sobre a identidade profissional dos ACEs. Ele observa que há um certo silêncio na historiografia da saúde brasileira sobre esses trabalhadores, que são mencionados frequentemente, mas pouco estudados quanto aos seus interesses e identidades coletivas, particularidades profissionais e sentimento de pertencimento (Reis, 2016).

Em resposta a esses desafios, o Ministério da Saúde publicou em 2011 e atualizou em 2017 o documento "Técnico em Vigilância em Saúde: Diretrizes e Orientações para a Formação" (Gondim, 2017). Este documento aborda os principais obstáculos nos processos de formação desses profissionais, incluindo a desarticulação dos processos e programas de trabalho, a fragmentação da área da vigilância em saúde e a divisão de recursos estratégicos. Também aponta a falta de priorização de pilares essenciais como multidisciplinaridade, transversalidade e complexidade na vigilância em saúde (Brasil, 2011; Gondim, 2017). Um dos problemas identificados é a alta concentração de trabalhadores qualificados em capitais e



grandes municípios, enquanto há uma falta de qualificação específica nas equipes de vigilância em saúde de pequenos municípios (Brasil, 2011).

Este estudo foca nos ACEs no contexto sobre educação continuadas e educação em saúde.

#### **1.4 Formulação do problema**

Apesar da importância da educação continuada, muitas instituições de saúde enfrentam desafios na implementação de programas eficazes de desenvolvimento profissional. Questões como falta de recursos financeiros, barreiras de tempo e resistência à mudança podem dificultar a adesão dos profissionais aos programas de capacitação. A falta de capacitação contínua pode comprometer a eficácia dos programas de controle de endemias. Partido desse pressuposto surgiu a pergunta, quais são os impactos e benefícios da educação continuada na gestão municipal para os ACE?

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Investigar e analisar as abordagens e práticas de educação continuada dos agentes de combate as endemias, visando compreender seu papel na promoção da aprendizagem ao longo da vida e no desenvolvimento profissional.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Identificar os principais modelos e estratégias de educação continuada utilizados em diferentes contextos educacionais.
- Analisar o impacto da participação em programas de educação continuada na vida profissional dos ACE.
- Explorar as necessidades e demandas específicas dos ACE em relação à educação continuada e como essas podem ser atendidas de forma eficaz.

### **3 JUSTIFICATIVA**

A educação continuada para profissionais de saúde é uma ferramenta poderosa que pode ser efetivamente utilizada pela administração para manter os profissionais capacitados e atualizados. Ao adotar uma abordagem proativa e investir no desenvolvimento de seus colaboradores, as instituições de saúde podem não apenas melhorar a qualidade dos serviços prestados, mas também fortalecer sua posição competitiva no mercado. Os gestores de saúde desempenham um papel fundamental na superação desses desafios e na promoção de uma cultura de aprendizado contínuo dentro da organização. Para isso, é essencial que adotem estratégias proativas, tais como Avaliação de Necessidades: Realizar levantamentos periódicos para identificar as lacunas de competências e as necessidades de desenvolvimento dos profissionais de saúde.

### **4. REVISÃO TEÓRICA**

#### **4.1 Educação Permanente em Saúde**

O artigo 200 da Constituição Federal de 1988, em seu inciso III, atribui ao SUS a responsabilidade de coordenar a formação na área da Saúde (BRASIL, 1988). Conseqüentemente, a educação em saúde torna-se uma atribuição essencial do sistema. Para cumprir essa responsabilidade, o Ministério da Saúde tem implementado diversas estratégias e políticas ao longo do tempo, visando adequar a formação e a qualificação dos trabalhadores de saúde às necessidades da população e ao desenvolvimento do SUS.

A Educação Permanente em Saúde pode corresponder à Educação em Serviço quando esta alinha a pertinência dos conteúdos, instrumentos e recursos de formação técnica a um projeto de mudanças institucionais ou à reorientação política das ações realizadas em um determinado contexto temporal e espacial. Pode também corresponder à Educação Continuada, quando está se insere na construção objetiva de estruturas institucionais e na progressão de carreiras, conforme os serviços prestados em contextos específicos. Além disso, pode equivaler à Educação Formal de Profissionais quando está se mostra permeável às múltiplas realidades das vivências profissionais, promovendo a integração de projetos entre o setor laboral e o setor educacional.

Para muitos educadores, a Educação Permanente em Saúde constitui um desdobramento da Educação Popular ou da Educação de Jovens e Adultos, sendo guiada pelos princípios e diretrizes estabelecidos por Paulo Freire, desde "Educação e Conscientização", "Educação como Prática da Liberdade", "Educação e Mudança", passando por "Pedagogia do Oprimido", "Pedagogia da Esperança", "Pedagogia da Cidade", "Pedagogia da Autonomia" até "Pedagogia da Indignação". De Paulo Freire, deriva a noção de aprendizagem significativa, por exemplo.

A gestão municipal em saúde é um componente crucial do sistema de saúde pública no Brasil, sendo responsável por implementar e coordenar as políticas de saúde em nível local. A estrutura dessa gestão é complexa e envolve diversos atores e processos, todos visando a promoção, proteção e recuperação da saúde da população. Gestores da saúde enfrentam inúmeros desafios que exigem soluções inovadoras e um compromisso contínuo com a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. A estrutura organizacional, quando bem articulada e equipada com os recursos necessários, pode superar esses obstáculos e contribuir significativamente para a promoção da saúde e o bem-estar da comunidade.

Os Agentes de Combate às Endemias (ACEs) desempenham um papel fundamental no controle e prevenção de doenças transmitidas por vetores, como dengue, zika, chikungunya, malária e outras endemias. Seu trabalho é essencial para a saúde pública, especialmente em áreas onde essas doenças são endêmicas.

Esses profissionais são essenciais para a saúde pública, atuando na linha de frente do controle e prevenção de doenças transmitidas por vetores. Seu perfil e funções exigem uma combinação de conhecimento técnico, habilidades de comunicação e atributos pessoais que lhes permitem desempenhar suas funções de maneira eficaz e sensível às necessidades das comunidades que atendem. A capacitação contínua e o apoio adequado são fundamentais para o sucesso de suas atividades e para a redução das endemias no Brasil.

A capacitação dos profissionais de saúde é um aspecto essencial das políticas públicas no setor, garantindo a formação contínua e a atualização dos conhecimentos e habilidades necessários para uma assistência de qualidade. Diversas normativas e diretrizes orientam essas ações, promovendo a educação permanente e a utilização de tecnologias pedagógicas inovadoras.

As políticas públicas e as normativas relacionadas à capacitação em saúde têm como objetivo garantir a formação contínua e a qualificação dos profissionais do SUS. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a incorporação da Educação a Distância são exemplos de iniciativas que visam a transformar e aprimorar a prática profissional. As diretrizes

curriculares e os programas específicos contribuem para a construção de um sistema de saúde mais eficiente e acessível, promovendo a melhoria da qualidade do atendimento à população.

## **5. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA**

O referido trabalho foi de revisão bibliográfica, seguiu uma abordagem qualitativa, por possibilitar compreender o sentido apresentado nas publicações por meio de um processo narrativo e compreensivo, com base nos pressupostos conceituais da Educação Permanente em Saúde.

A seleção dessas publicações baseou-se numa busca na base de dados Portal de Periódicos tem um novo sistema de busca desenvolvido pela CAPES em parceria com a RNP, seguindo os descritores: educação permanente em saúde, agentes de combate às endemias, gestão municipal e impacto na gestão municipal. Ressalta-se que foi feito o cruzamento dos descritores, empregando o operador lógico AND. A busca foi realizada durante o mês maio e junho de 2024. A pergunta de pesquisa que orientou essa busca foi: Impactos e Benefícios na Gestão Municipal da Educação Permanente em Saúde para Agentes de Combate às Endemias.

A busca inicial retornou 324 publicações, que foram submetidas aos seguintes critérios de inclusão: Publicações entre os anos de 2014 a 2024; Artigos em português; Estudos que abordem a educação permanente para agentes de saúde e seu impacto na gestão municipal. Em seguida, também foram submetidas aos critérios de exclusão, os quais foram: Teses, Monografias; publicações em outras línguas; Artigos que não abordem diretamente o tema; Estudos de opinião sem base empírica. Por meio desses recortes, obteve-se o um total de cinco publicações, as quais compuseram o corpus desta pesquisa.

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No artigo “SAÚDE E EDUCAÇÃO: INVESTIMENTOS E EFETIVIDADE MUNICIPAL” levanta a hipótese de que quanto maior o investimento em saúde e educação, melhores os índices de efetividade, o presente trabalho teve como objetivo verificar o impacto entre o investimento per capita em saúde e o investimento por aluno em educação, no Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, no período de 2015 a 2017, abrangendo em sua amostra de pesquisa todos os municípios do Estado do Espírito Santo.

No artigo “A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE: REVISÃO” destaca que a perspectiva educacional, como principal ponto no processo de ensino desses trabalhadores é que a aprendizagem seja significativa, ou seja, que para eles o conteúdo aprendido tenha alguma aplicação no seu

contexto. A referida forma de aprendizagem tem o professor como um facilitador do processo de ensino-aprendizagem, nesse contexto, o seu papel é estimular o aluno a assumir uma postura crítica, ativa e reflexiva durante a construção do conhecimento. O artigo também apresenta a alternativa da Educação a Distância para atender as especificidades dos profissionais da saúde, pois é mais que uma alternativa, ela é uma estratégia eficaz que atende a necessidade de universalização do acesso a uma educação de qualidade. Ela facilita a autoaprendizagem, com a ajuda de recursos didáticos organizados e seus diversos suportes de informação e comunicação.

No artigo “A Potencialidade da Educação Permanente em Saúde na Gestão da Atenção Básica em Saúde”

No artigo "A Potencialidade da Educação Permanente em Saúde na Gestão da Atenção Básica em Saúde" relata a importância e os desafios da Educação Permanente em Saúde (EPS) na administração da atenção básica. O estudo descritivo e qualitativo utilizou entrevistas semiestruturadas com coordenadores municipais de atenção básica de dez municípios. A análise de conteúdo revelou uma compreensão variável da EPS entre os gestores, destacando a confusão entre educação permanente e continuada. A pesquisa identificou quatro categorias principais: concepções sobre EPS, ações realizadas, processo de trabalho e dificuldades e potencialidades da EPS.

Os resultados mostraram que as ações de EPS são frequentemente vistas como capacitações e atualizações, muitas vezes distantes da prática diária. Além disso, a centralização na escolha dos temas abordados na atenção básica limita a eficácia da EPS. A compreensão da EPS pelos gestores municipais influencia significativamente a implementação da política, apresentando desafios para uma atuação concreta e efetiva.

A conclusão do estudo ressalta que a EPS tem o potencial de transformar a gestão e as práticas profissionais na saúde pública, mas enfrenta obstáculos na sua aplicação. A implementação eficaz da Política de EPS pode apoiar a resolução de problemas na gestão da atenção básica, promovendo a qualificação adequada dos profissionais de saúde e a melhoria dos serviços oferecidos. Portanto, a EPS é uma ferramenta vital para a melhoria contínua da gestão e das práticas de saúde no contexto municipal.

O artigo "Educação Permanente em Saúde e Atenção Primária em Coexistência Desafiadora: uma Revisão Integrativa" explora os desafios enfrentados na implementação da Educação Permanente em Saúde (EPS) nas unidades de atenção primária, destacando sua importância como processo político-pedagógico essencial para a qualificação do cuidado. A EPS visa alinhar as práticas profissionais às necessidades reais das comunidades atendidas,

promovendo uma reorganização e qualificação dos processos de trabalho para uma prática profissional mais resolutiva e integrada.

A metodologia adotada é a revisão integrativa da literatura, organizada pela estratégia PICO (População, Intervenção, Comparação, Resultados). Foram utilizados descritores como "Atenção Primária à Saúde", "Educação Continuada" e "Política de Saúde", abrangendo artigos publicados entre 2014 e 2019. A pesquisa resultou na seleção de 12 estudos relevantes para análise.

Os resultados indicam que, embora a EPS seja amplamente reconhecida como crucial para a qualificação do cuidado na atenção primária, a falta de clareza conceitual e entendimento dos gestores sobre EPS limita sua efetividade como política de saúde. A fragmentação e a abordagem pontual das ações de EPS também são citadas como fatores que reduzem sua eficácia. Esses desafios destacam a necessidade de maior investimento em educação permanente e clareza conceitual para sua implementação bem-sucedida.

O estudo conclui que a EPS possui um potencial transformador significativo na atenção primária à saúde, mas sua efetivação depende da articulação entre diferentes níveis de gestão e da capacitação adequada dos gestores das unidades de saúde. Investir na formação de profissionais capacitados e reflexivos é crucial para superar os desafios identificados e melhorar a qualidade do cuidado prestado. Assim, a EPS deve ser consolidada como uma diretriz robusta de política de saúde, garantindo que os processos de trabalho sejam continuamente aprimorados para atender melhor às necessidades das comunidades.

O artigo "A Potencialidade da Educação Permanente em Saúde na Gestão da Atenção Básica em Saúde" explora a incorporação e os impactos da educação permanente (EP) no cotidiano das unidades de atenção primária em saúde. A EP é destacada como uma ferramenta crucial para a qualificação do cuidado e reorganização dos processos de trabalho na atenção primária.

O estudo utiliza uma abordagem qualitativa e uma revisão integrativa da literatura para analisar como a EP tem sido implementada e percebida pelos profissionais de saúde. A pesquisa ressalta que a educação permanente não deve ser vista apenas como uma atualização profissional, mas como um processo contínuo que contribui para o crescimento pessoal e a transformação das práticas de trabalho.

Os resultados indicam que a compreensão limitada dos conceitos de EP entre os profissionais pode prejudicar a efetividade dessas ações. A falta de clareza sobre o que constitui EP e a prevalência de atividades fragmentadas e pontuais são apontadas como desafios para a consolidação dessa política.

A conclusão do artigo enfatiza a importância de investimentos e uma melhor articulação entre os níveis de gestão para fortalecer a EP como diretriz de política de saúde. Além disso, destaca-se a necessidade de capacitar gerentes e profissionais da saúde para que se tornem agentes ativos e reflexivos no processo de EP, promovendo um ambiente de aprendizado contínuo e melhoria dos serviços prestados.

## **7. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES**

Este trabalho teve como objetivo investigar e analisar as abordagens e práticas de educação continuada, com foco nos Agentes de Combate às Endemias (ACE), para compreender seu papel na promoção da aprendizagem ao longo da vida e no desenvolvimento profissional. Através de uma revisão bibliográfica e uma análise qualitativa, foram identificadas diversas estratégias e modelos de educação continuada, bem como os desafios enfrentados na sua implementação.

Os resultados evidenciaram que a educação continuada é uma ferramenta essencial para a capacitação e atualização dos ACEs, contribuindo significativamente para a melhoria dos serviços de saúde pública. A Educação Permanente em Saúde, quando bem implementada, tem o potencial de transformar as práticas de saúde e promover uma maior integração entre os trabalhadores e o sistema de saúde.

No entanto, diversos obstáculos ainda precisam ser superados para garantir a eficácia dos programas de educação continuada. Entre eles, destacam-se a falta de recursos financeiros, a resistência à mudança e a necessidade de uma maior clareza conceitual sobre a Educação Permanente em Saúde. Além disso, a variabilidade na escolaridade e nos contratos de trabalho dos ACEs representa um desafio adicional para a implementação uniforme dessas políticas.

Os estudos analisados também destacaram a importância da Educação a Distância (EaD) como uma estratégia eficaz para a educação continuada dos profissionais de saúde, permitindo a universalização do acesso a uma educação de qualidade. A EaD facilita a autoaprendizagem e oferece flexibilidade, o que é crucial para atender às necessidades dos ACEs.

Com base nos resultados obtidos, algumas recomendações para futuras ações e pesquisas incluem:

- Aprimorar a capacitação e treinamento dos ACEs: essencial investir em programas de capacitação que sejam contínuos e adaptados às necessidades específicas dos ACEs. Esses programas devem ser baseados em metodologias ativas de aprendizagem, que promovam a reflexão crítica e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

- Fortalecer a Educação a Distância (EaD): A EaD deve ser fortalecida como uma estratégia pedagógica central para a educação continuada dos ACEs. É importante desenvolver materiais didáticos de qualidade e garantir o acesso à tecnologia necessária para a implementação eficaz desses programas.

- Realizar Estudos Adicionais sobre a Identidade Profissional dos ACEs: Há uma necessidade de mais pesquisas sobre a identidade profissional dos ACEs, considerando suas particularidades e desafios. Esses estudos podem fornecer insights valiosos para a formulação de políticas de educação e desenvolvimento profissional mais eficazes.

- Promover a Integração entre Saúde e Educação: A colaboração entre os setores de saúde e educação é crucial para a implementação bem-sucedida de programas de educação continuada. É importante criar espaços de diálogo e cooperação entre esses setores para garantir a coerência e a relevância das ações formativas.

- Monitorar e Avaliar Programas de Educação Continuada: É fundamental implementar mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos para medir a eficácia dos programas de educação continuada. Isso permitirá ajustes e melhorias constantes, assegurando que os objetivos de capacitação e desenvolvimento profissional sejam alcançados.

Conclui-se que a educação continuada é uma estratégia vital para o desenvolvimento profissional dos ACEs e para a melhoria dos serviços de saúde pública. Investir em programas de capacitação bem estruturados e baseados em metodologias eficazes, aprimorar a capacitação e fortalecer a Educação a Distância (EaD) pode contribuir significativamente para a promoção da saúde e o bem-estar dos profissionais.



## 8. REFERÊNCIAS

BATISTELLA, C. E. C. **Qualificação e identidade profissional dos trabalhadores técnicos da vigilância em saúde: entre ruínas, fronteiras e projetos.** In: MOROSINI, Márcia V. G. et al. (org.). *Trabalhadores técnicos da saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS.* Rio de Janeiro: EPSJV, 2013, p. 361-390.

BATISTELLA, C. E. C. **Tensões na constituição de identidades profissionais a partir do currículo: análise de uma proposta de formação profissional na área de vigilância em saúde.** 2009. 255f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Vigilância em Saúde). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério Da Saúde. **Portaria n.198/GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004.** Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 fev. 2004. Seção 1.

BRASIL. Ministério Da Saúde. **Portaria n.1996 GM/MS, de 20 de agosto de 2007.** Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 ago. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.** Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 9)

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.** Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Técnico em vigilância em saúde: diretrizes e orientações para a formação. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 72 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 62, p. 13-30, 1998.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 19.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogy of the city.** New York: Continuum, 1995.

GONDIM, Grácia M. M. (org.) **Técnico de vigilância em saúde: contexto e identidade.** v. 1 e 2. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017.

LAGUARDIA, J.; Casanova, Â.; Machado Rejane. (2010). **A experiência de aprendizagem on-line em um curso de qualificação profissional em saúde.** Trabalho, Educação e Saúde,

8(1), 97-122. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462010000100006&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462010000100006&lng=en&tlng=pt). 10.1590/S1981-77462010000100006.

NEVES, J. W. F. P.; HADDAD, C. M. K.; SOUSA, F. S.; PISA I. T. **Educação a Distância (EaD) em Física Médica**. Interface (Botucatu) [serial on the Internet]. 2011; 15(39): 1199-1206. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141432832011000400018&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832011000400018&lng=en).

NEVES J.; WFP et al. **Educação a Distância (EaD) em Física Médica**. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 15, n. 39, Dec. 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141432832011000400018&lng=en&nm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832011000400018&lng=en&nm=iso)>.

REIS, José R. F. “É o doutor que vem aí!”: guardas sanitários, relações de trabalho e formação de identidade (décadas de 1930 e 1940). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 57-79, 2016.